

**USUÁRIAS DE DROGAS EM CAMPANHAS DE PREVENÇÃO:
CORPOS POLÍTICOS E POLÍTICAS DA LINGUAGEM¹**

*Drug Users in Prevention Campaigns: Political Bodies and the
Politics of Language*

Júlio César Rigoni Filho²

RESUMO

Aborda-se o pensamento butleriano a partir das dimensões da precariedade e da vulnerabilidade das mulheres usuárias de drogas, em específico, diante das políticas da linguagem que interpelam as identidades e subjetividades dessas mulheres em campanhas destinadas à conscientização da população brasileira. Reflete-se sobre possíveis contestações e subversões que incidem no campo da linguagem para desestabilizar as hierarquias que regimentam as condutas e as vidas dessas pessoas nas representações midiáticas, seja a própria publicidade de prevenção, e o jornalismo.

Palavras-chave: Linguagem. Precariedade. Usuárias de Drogas. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

Butlerian thought is approached from the perspective of the precariousness and vulnerability of female drug users, specifically in the face of the politics of language that interpellate the identities and subjectivities of these women in campaigns aimed at raising awareness among the Brazilian population. It reflects on possible contestations and subversions that affect the field of language in order to destabilize the hierarchies that govern the conduct and lives of these people in media representations, both prevention advertising and journalism.

Key-words: Drug Users. Language. Precariousness. Vulnerability.

INTRODUÇÃO

Investigações sobre o consumo de drogas por mulheres no mundo apontam para um aumento e progressão dos transtornos associados ao abuso de substâncias¹. Embora em termos quantitativos as usuárias estejam em menor quantidade do que os homens, elas são vítimas de situações de violência

¹ <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2024.263432>

² Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). E-mail: julinhorigoni@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5151-1623>.

¹ Recordar-se, por exemplo, dos dados apresentados pelo Relatório Mundial Sobre Drogas de 2022 da agência da Organização das Nações Unidas para o crime organizado e o tráfico. Disponível em: https://www.unodc.org/res/wdr2022/MS/WDR22_Booklet_2.pdf

pelo consumo de drogas, como as usuárias em situação de rua, pelo tráfico de drogas, como ‘mulas’ responsáveis pelos transportes ilícitos entre países, regiões ou como contrabando em presídios. Já o tratamento às usuárias é uma lacuna enfrentada nas políticas públicas.

Isso, por si só, já é um campo de reflexões no qual a filósofa Judith Butler pode ser acionada. Pois quando se discutem como as questões de gênero aplicam-se às questões sociais complexas, como o uso e o tráfico de drogas, a primeira interrogação é a sobre qual o sentido da noção de mulher? Esse questionamento é válido pela permanência de questões biológicas nas pesquisas de consumo de drogas. Seguindo o raciocínio butleriano, deve-se distinguir a dualidade entre sexo e gênero, ou seja, ampliar o entendimento dos sentidos que revestem os usos e abusos de drogas por mulheres ao ultrapassar o entendimento dos aspectos biológicos. Tais aspectos são marcadores recorrentes dos estudos de drogas e gênero, como lembra Romo (2005). A antropóloga salienta que há uma série de fatores sociais que intensificam as vulnerabilidades enfrentadas por usuárias de drogas, como a visibilidade pública enfrentada por tais mulheres, principalmente na mídia, como no jornalismo e na publicidade.

Diante de tais aspectos, este artigo faz parte de uma investigação mais ampla, sobre a luta pública pelo direito à vida e ao reconhecimento, diante de situações de violência e precariedade impostas aos corpos de mulheres usuárias de drogas. Em pesquisas anteriores, Rigoni Filho (2023) analisou os sentidos do corpo feminino, em face de sua visibilidade ou invisibilidade, em campanhas publicitárias de prevenção às drogas.

Com base no pressuposto de que tais campanhas constituem cenas consensuais de uma visão tradicional do que é ser mulher, busca-se compreender como as representações do corpo feminino operam, a partir das sínteses visuais da publicidade, em relação aos tipos de mulheres construídas no delineamento do vício dentro do universo feminino. Por isso, toma-se como objeto empírico sete anúncios de prevenção, veiculados no Brasil, das quais denunciam-se os modos pelos quais a linguagem serve a um propósito de disciplinarização, triagem e abjeção às usuárias de drogas. A identificação, categorização e constituição da amostra de campanhas ocorreu por meio de buscas avançadas em sites e portais de publicidade. Nessas buscas,

adotaram-se estratégias discursivas que possibilitaram um conjunto de ocorrências. Os mecanismos de busca possibilitam indexar um volume considerável de dados, organizados em uma massa textual. Isso permitiu desenhar uma tipologia de mulheres associadas ao uso das drogas, seja por romperem as expectativas do sujeito feminino, que na ocorrência aparecem como vítimas de um desvio, seja por homologarem visões preconceituosas contra certo tipo de mulheres consideradas previamente como desviantes sociais.

Ao longo do artigo, aborda-se o pensamento butleriano a partir das dimensões da precariedade e da vulnerabilidade das mulheres usuárias de drogas, em específico, diante das políticas da linguagem que interpelam as identidades e subjetividades dessas mulheres em campanhas destinadas à conscientização da população brasileira. Somando-se às teorias de Judith Butler (2010, 2015a, 2019), no final das discussões, reflete-se sobre possíveis contestações e subversões que incidem no campo da linguagem para desestabilizar as hierarquias que regimentam as condutas e as vidas dessas pessoas nas representações midiáticas, seja a própria publicidade de prevenção, e o jornalismo.

2. PRECARIIDADE E POLÍTICA DOS CORPOS DAS USUÁRIAS DE DROGAS

Prado e Queiroz (2012) atestam que os modelos de atenção à saúde para o uso de drogas fundamentam-se em um discurso jurídico-moral que estabelece as formas corretas de viver, a partir de critérios dicotômicos que definem o certo e o errado, o normal e anormal, bem como as desigualdades que surgem pelo exercício do poder disciplinar. O uso de drogas, no caso desse campo, deve ser ‘curado’ a partir da adoção de um ‘estilo de vida saudável’, diante de uma mudança comportamental. Essa construção discursiva entende que qualquer retomada ao uso de drogas é um fracasso, o que resulta em um ciclo de retornos ao tratamento. Ainda para os autores, os arranjos pessoais promovidos pelo próprio indivíduo não são considerados como formas para que o sujeito lide com as situações abusivas de uso de drogas.

Há uma diferenciação entre homens e mulheres no que diz respeito à promoção da saúde, expondo ou protegendo de forma diferenciada os indi-

víduos a determinadas doenças ou desvios ligados ao ideal de saúde. Prado e Queiroz (2012) exemplificam que há certas práticas perigosas ou violentas que podem ser consideradas masculinas, como o uso de drogas, ao passo que dietas e cirurgias plásticas, por exemplo, envolvem corpos femininos. Antropólogas como Romo (2005) apontam que a socialização, os sentimentos e as condutas elucidam o consumo de drogas por mulheres, pois há diferenças na introdução e manutenção dessa atividade, diante da imagem corporal, violência de gênero e transtornos de dependência. Em aspectos do senso comum, o uso de drogas por mulheres desperta desgosto e medo, ao subverter as expectativas sociais, assim, são duplamente rejeitadas, tanto por se oporem aos papéis clássicos de gênero quanto pela relação que estabelecem com algo ilícito e ilegal, na interpretação de Romo (2005).

Os autores sustentam a tese de que as instituições tipicamente ligadas ao controle do uso de drogas por mulheres, tais quais órgãos governamentais e clínicas de tratamento, podendo avançar, neste artigo, para setores da mídia, reproduzem as desigualdades e os estereótipos de gênero sustentados pela lógica patriarcal, posicionando as mulheres usuárias de drogas como incapazes de cuidarem de si mesmas e de serem um risco para a sociedade e os sujeitos que convivem com elas, como marido ou filhos, por exemplo. Inserir as mulheres nessa condição de fragilidade justifica as formas de controle e de vigilância sobre seus corpos, pelo “aparato governamental de manejo e submetimento pautado por ações de normatização da saúde que, sob o discurso de uma atenção especializada, serve à manutenção das hierarquias de gênero e dos lugares inferiorizados tradicionalmente atribuídos às mulheres” (Prado; Queiroz, 2012, p.309).

Os saberes médicos constituíram-se a partir da ideia de fragilidade do corpo feminino, diante de práticas de disciplinarização em espaços de proteção e controle. Decifrar as aparências do corpo é uma tentação de interpretar, por meio do olhar, os signos da carne. Essa leitura preenche-se pela posição e intenção de quem o interpreta e o regime de visibilidade estrutura-se pelo dispositivo discursivo (Courtine, 2013). Em Foucault (1987), a descrição minuciosa do corpo e sua vigilância corroboram em uma considerável documentação sobre o indivíduo, um procedimento de exame, cujo resultado remaneja-o em categorias como doente/patológico, normal/anor-

mal. Com isso, desenvolve-se uma semiologia médica limitada ao diagnóstico dos significados palatáveis das doenças, algo que instrumentaliza e delimita a maneira como o indivíduo é analisado.

Ao refletir sobre os modos como o exercício do poder ocorre na sociedade, a partir de seus exercícios cotidianos, Foucault (1987) instaurou uma investigação sobre o deslocamento do poder soberano para a própria sociedade, em uma direção de micropoderes, de micropolíticas, que surge a partir da segunda metade do século XVIII. A noção de norma emerge da disciplina, dos saberes projetados pelas ciências humanas e dos saberes clínicos, não necessariamente dos códigos teóricos da lei. Inicialmente, essa concepção de normalização disciplinar controla uma série de atividades, de ocupações, de ordenamentos, para adestrar os corpos. São exemplos disso instituições sociais como o hospital, o asilo psiquiátrico e a prisão.

Percebe-se que o sistema capitalista pode valorizar determinadas condutas e maneiras de lidar com o próprio corpo ao passo que condena as formas ilegítimas, tornando-as alvo de dominação e correção. Nesse sentido, é valoroso resgatar o conceito de governamentalidade para Foucault (2010). Resumido como conduções de condutas, é o Estado que orienta as práticas consideradas corretas sem necessariamente empregar imposições, como as manifestações cotidianas de poder que envolvem a família, a escola e o trabalho, por exemplo. O cuidado de si mesmo é um aspecto consciente, no qual a interferência do poder sobre o corpo não ocorre. Mas os cuidados são requisitos para a existência do sujeito, pois à medida em que o poder o provoca, o indivíduo é conduzido para a construção de sua subjetividade. Nesse sentido, a vigilância deve estar inclusive sobre o próprio pensamento.

Baseando-se nos estudos de gênero em Butler (2010, p.8), a materialidade do corpo decorre das práticas que constituem o gênero, ou seja, “tudo é gênero”, mas não de forma binária, pois isso associa-se erroneamente ao sexo. Assim deve-se pensar para além do gênero binário, masculino e feminino, que costumeiramente é relacionado aos conceitos de macho e fêmea. Com isso, as reflexões voltam-se para os aspectos da posição de gênero, de forma fluida, independente do sexo, sendo que o masculino e o feminino podem apresentar-se em quaisquer corpos, independente de seus sexos. Há uma relevante conclusão obtida por essa virada proposta por Butler (2010):

se as categorias de homem e mulher não são estáticas ou perenes, coloca-se em xeque o conceito de identidade, pois há uma pluralidade de identidades femininas ou masculinas, dadas as múltiplas intersecções sociais, políticas e culturais que gestam os corpos. Deve-se atentar também para as diversas formas de opressão e de dominação impostas pelo patriarcado, bem como o modo como essas práticas intensificam-se diante de cada identidade feminina.

Próxima de Michel Foucault, Butler (2010) compreende que as normas sociais produzem os sujeitos e suas atuações na sociedade. Essas normas não dependem de uma inscrição pública, como nos textos legais. Elas apresentam-se de forma volátil, para a autora, sendo identificadas a partir das análises das práticas sociais, ou seja, os efeitos das normas são evidentes, mas as lógicas que as produzem precisam ser discernidas mediante maior investigação. A autora assume que a norma instaura o reconhecimento de certas práticas como legítimas, estabelecendo o que aparecerá e o que não aparecerá na opinião pública, por exemplo. São condições de inteligibilidade baseadas no reconhecimento de certas normas. O gênero é um aparato pelo qual a normalização do masculino e do feminino ocorre. Trata-se de uma performance que regula seu poder, naturalizando casos hegemônicos e dificultando possíveis alterações. Ao serem reguladas pelo gênero, as mulheres usuárias de drogas passam por uma condição de inteligibilidade cultural, diante da idealização de certos papéis que devem ser cumpridos e não são, ainda que no caso, somam-se aos estigmas já associados ao uso de drogas.

Pode-se aventar que os corpos das usuárias de drogas, bem como suas formas de vida, são não dignos de vida, não sendo considerados como seres inteligíveis, elegíveis para participarem da esfera pública. Todavia, como assevera Rui (2021), esses sujeitos não estão fora da vida social, pois participam da maneira como as normas são compiladas. A abjeção aos usuários de crack corresponde a uma série de operações simbólicas e materiais que constituem os modos pelos quais os corpos, as identidades e as subjetividades são lidas pela sociedade. A precariedade em Butler (2015a, 2019) decorre da condição de interdependência induzida, de forma política, mediante a certos enquadramentos que inserem certas vidas como passíveis de

serem reconhecidas, o que movimenta exposições diferentes ao risco e à violência.

Isso, para Rui (2021) corresponde ao fato de que a vida é precária engloba uma série de manutenções e apoios que sustentem a existência dos sujeitos, para além do mero impulso de sobrevivência. Em relação aos aspectos éticos do cuidado, como alerta, Brugère (2023, p.71): “cuidar dessas vidas não equivale, entretanto, a limitá-las, mas sustentá-las e protegê-las. Se o ‘cuidar’ pode se degradar sob a forma de violência ou de maus-tratos é porque implica relações de dependência e relações muito assimétricas”.

A visibilidade dessas mulheres leva-as a um julgamento coletivo, no qual suas existências e atitudes são consideradas aceitáveis ou não. O estigma manipular a identidade do indivíduo, para que ele internalize as características negativas atribuídas artificialmente a ele, entendendo-se como inferior aos outros. Quando formalizado ele é contagioso, passando para mães, filhas ou esposas de usuários de drogas, por exemplo, atenuando a vergonha e a reclusão de muitas pessoas sofredoras (Goffman, 1988).

Nessa intersecção entre a visibilidade conferida aos usuários de drogas, bem como os *frames*, ou seja, os enquadramentos produzidos a partir de uma lógica de poder instaurada na promoção de um estilo de vida que seja adequado perante a sociedade, as políticas de drogas envolvem a divulgação de campanhas de prevenção. A noção de enquadramento, inicialmente postulada por Goffman (2012) como os jogos de mediação que formam o aparecimento de certos sujeitos diante de outros, é aprofundada por Butler (2015a, 2019), acrescentando a ideia de que esses quadros associam-se ao exercício moral do poder, a partir do que deve ser elucidado como forma de vida reconhecível por parte da sociedade. Há operações de violência que legitimam esses recortes da realidade.

Ao aproximar os dois autores, Spirandeo, Martino e Marques (2023) corroboram que há uma preocupação em avaliar as construções e os sentidos que informam e organizam as respostas morais no seio da sociedade, algo que se materializa em narrativas, orais, verbais ou verbo-visuais, por exemplo. A prática publicitária potencializa a formação de normas morais que julgam como inadequadas as formas de vida de mulheres usuárias de drogas, ao passo que as silencia, já que elas não têm direito a expressar-se diante

dos frames consolidados de sofrimento, na maneira como essas mulheres são interpeladas e expostas nas campanhas.

Como interpelação entende-se as situações nas quais uma pessoa é convocada e situada em um discurso. Butler (2017) recupera essa argumentação do filósofo marxista Louis Althusser, para quem a sujeição decorre, por exemplo, de uma mera situação na qual um policial grita para alguém na rua: ‘ei, você aí!’. Isso indica uma projeção linguística que constitui o sujeito, tanto pela interpelação como pelo reconhecimento, mas que depende de um poder e de uma sujeição central, no caso, do Estado. Essas ideias de Louis Althusser, para Butler (2017), servem de base para que Michel Foucault reflita sobre a produção discursiva dos corpos. Inclusive, ser interpelado pressupõem ter consciência sobre a norma regulatória, como uma operação psíquica e social que trata da performatividade da voz de autoridade e da resposta de sanção, por exemplo.

3. EXPRESSÃO DO SOFRIMENTO DAS USUÁRIAS DE DROGAS

Na área da saúde, o termo campanha refere-se a uma série de atividades desenvolvidas com o objetivo de erradicar, prevenir ou conscientizar uma determinada doença ou situação adversa que impacta no bem-estar dos sujeitos. Essa concepção é reducionista, pelo fato de que, muitas vezes, não há uma adequabilidade e continuidade nessas práticas, caracterizando algo associado a uma lógica sanitária, ou seja, associada à defesa da higiene e ao preconceito contra determinadas etnias e classes mais pobres. Soma-se isso ao ‘alívio de consciência’ para os gestores públicos, ou seja, a veiculação de mensagens de combate às drogas sem oferecer uma estrutura pública adequada para prevenção, tratamento e reinserção social, por exemplo (Trad, 2004).

O desenvolvimento de estratégias para a conscientização da população sobre os riscos causados pelo uso de drogas envolve a disseminação de mensagens como estímulos para alterar o comportamento humano, valendo-se inclusive da dimensão cognitiva e de apelos emocionais. Nesse aspecto, buscam-se elementos fóbicos, destacados por Andrews; Leeuwen e Baaren (2016) como a apresentação dos riscos psicológicos e físicos, estabelecendo

comparações entre as vítimas da campanha e o público do anúncio. Ao pretender um desequilíbrio psicológico nos espectadores, o medo depende de uma solução a ser oferecida para que as consequências negativas não ocorram. Assim, por exemplo, no caso do uso de drogas, buscar um estilo de vida saudável, o uso consciente de certas substâncias, como o álcool, além da abstinência. Geralmente, a solução oferecida pelos anúncios de prevenção poucas vezes busca acolher o espectador e sensibilizá-lo para a busca espontânea por tratamento, por exemplo, defendendo que cessar o consumo de drogas é fácil e que depende apenas da pessoa.

Cabe reconhecer que desde a década de 1980, pesquisadores como Flay e Sobel (1983) apontam que as abordagens moralistas, primeiras formas de educação sobre narcóticos, não são eficazes, tal como a aplicação de estratégias persuasivas de amedrontamento. Em seguida, acreditou-se as mensagens apropriadas deveriam abordar propriedades físicas e consequências das substâncias psicoativas na saúde a longo prazo. Contudo, para os autores essa estratégia também não possui eficácia comprovada.

Resgatando os estudos de Sodr e e Paiva (2002) sobre as dimensões expressivas do grotesco, na publicidade de preven ao às drogas essa condiçao apresenta-se em casos de escatologia ao representar secre oes humanas, partes corpóreas em degrada ao, como consequência das drogas ou como metáfora de algo abjeto, digno de repulsa.

Há apelos para as deforma es teratológicas que inserem na representa ao do usuário deforma es e monstruosidades, de forma cômica, como uma a ao realizada em 2011 pela Associa ao de Defesa da Saúde dos Fumantes na qual uma série de atores e atrizes foram maquiados como zumbis para as ruas durante o carnaval. Nessa a ao, os zumbis trocaram os cigarros dos foliões por apitos, de forma simbólica para representar a mudança de hábito. Percebe-se que tal campanha também recupera elementos escatológicos, nítidos pela demonstraçao de machucados e degrada oes físicas causadas pelo abuso de cigarros.

Figura 1 – Zombies são legais exceto se você   um deles



Fonte: ADSF (2011). Disponível em: adsspot.me/media/direct-marketing/adesf-the-anti-smoking-zombie-carnival-fb6805a7050a. Acesso em 12 nov. 2022.

Em dadas imagens pretende-se estimular as percepções sensoriais do choque causado pelo grotesco, avançando para uma educação do público, ou uma mudança de hábitos como nas campanhas de prevenção, empregam-se recursos figurativos que desvalorizam as identidades aceitáveis, de forma a criticá-las em sátiras ou caricaturas, algo que para Sodré e Paiva (2002) pode avançar para paródias em prol da inquietação e do deslocamento das percepções consensuais do espectador. É exemplo disso a campanha de 2016 produzida pela Unimed para evitar o uso de cigarro por mulheres (figura 2). De forma satírica, e com uma ilustração cômica, o anúncio retrata uma mulher que borriфа um perfume de tabaco.

Figura 2 – The perfume you smell is the cigarette you smoke



Fonte: Unimed (2016). Disponível em: adsoftheworld.com/campaigns/perfume-afe09d9e-3085-45c7-956c-c3f060c47d81. Acesso em 12 nov. 2022.

Há casos que visam chocar perceptivelmente o espectador, de forma sensacionalista inclusive mesclando os elementos explicitados anteriormente, seja para assustar ou ofender o leitor, criticando seus valores, crenças ou condutas. No caso das campanhas, a droga é o elemento motivador do sofrimento, do aprisionamento e exploração dos corpos, como algo que perturba a carne e o espírito, seja pelas situações de violência, exploração sexual e feminicídios praticados por parceiros intoxicados, pela sujeição ao tráfico de drogas, como transportadoras internacionais de substâncias ou cúmplices de crimes praticados pelos parceiros, além das situações de vexame enfrentadas em visitas aos presídios. O sofrer, na língua portuguesa, deriva-se do latim *sufferre*, que designava os sujeitos que estavam acorrentados, ‘sob ferros’. Portanto, seriam sujeitos submetidos à força, de forma opressiva, em que corpo e alma são feridos, já que se trata de um contínuo e intenso percurso de infelicidade.

Como exemplo disso (figura 3), tem-se que em 2015 publicações de *Facebook* sobre as vergonhas protagonizadas por jovens embriagados ao longo do carnaval. Uma delas é de uma situação de exposição íntima sem consentimento, que culpabilizava a vítima. Críticas mobilizaram o Governo a retratar-se e excluir a publicação.

Figura 3 - Peça da campanha ‘Bebeu, perdeu’



Fonte: Governo Federal (2015). Disponível em: g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/02/ministerio-da-justica-tira-do-ar-publicidade-acusada-de-machista.html. Acesso em 12 nov. 2022.

Outras campanhas, como a seguinte (figura 4), veiculada em 2007, exploram a dimensão da violência física cometida por parceiros alcooliza-

dos, uma das modalidades da violência doméstica. O gestual de apertar o pescoço da companheira remete a maneira como as garrafas de bebida são seguradas.

Figura 4 - Linha de ajuda para alcoólatras



Fonte: Adeevve (2007). Disponível em: www.adeevve.com/2007/02/alcoholic-anonymous-alcoholics-helpline-arm-neck-leg-outdoor/. Acesso em: 12 nov. 2022

Diante dessas modalidades de sofrimento há uma modalidade de campanhas que posiciona a mulher como responsável pelo cuidado e recuperação de pessoas usuárias de drogas, geralmente, seus esposos ou filhos, sem demonstrar simpatia pelo consumo de drogas. Como exemplo disso, apresenta-se um cartaz da campanha ‘Crack é possível vencer’, veiculado em 2016 (figura 5). Nele, uma assistente social sintetiza visualmente a dimensão do cuidado e do tratamento ao usuário de drogas. Sua simpatia, idade e ‘boa aparência’ constituem-se como elementos que validam a crença de que se pode confiar em uma mulher assistente social para buscar ajuda contra a dependência química.

Os dados aproximam-se dos achados de outros autores sobre a representação da mulher em anúncios de prevenção. Elas podem ser representadas como sinônimo do pecado e destruição, igualando-se a própria droga. Há casos de “papéis tradicionais de gênero como professora e assistente social, mas distanciada da droga e referida ao seu enfrentamento” (Alencar; Lerner, 2021, p.15).

Figura 5 – Crack é possível cuidar



Fonte: Governo Federal (2016). Disponível em: slapropaganda.com.br/trab/programa-crack-e-possivel-vencer/. Acesso em: 12 nov. 2022.

Ao passo que os anúncios que exploram a mulher enquanto usuária de drogas posicionam-na enquanto símbolo de degradação física e moral, a indústria cervejeira desenvolve uma série de estratégias mercadológicas voltadas ao erotismo como apelo ao público masculino. Wottrich (2019) lembra que a discriminação contra as mulheres é alvo de críticas e tensões ao campo midiático, como as narrativas publicitárias que normalizam desigualdades e violências de gênero.

Nas campanhas de prevenção, ridiculariza-se a mulher, ao passo que o sofrimento pode ser evitado, principalmente pela cultura do bem-estar evocada na atualidade, como pelo uso de medicamentos calmantes. Assim, determinados afetos malevolentes são preteridos, como o sofrimento, já que "sofrer, hoje em dia, nos confronta com uma solidão e um desamparo extremos, afinal de contas 'ninguém sofre', 'isso já é coisa ultrapassada' e 'só sofre quem quer' (Tiburi; Dias, 2013, p.295). A própria publicidade impulsiona essa fuga ao sofrimento, como nos anúncios de bebidas alcoólicas, em que a felicidade é imperativo das mulheres que oferecem o produto. Se a publicidade se constitui como um discurso do próprio sistema, mas, em

contradição, já que ao mesmo tempo que esse sistema preconiza um uso responsável de certas substâncias, como bebidas alcoólicas e medicamentos, promove um combate às práticas irresponsáveis. “Se a propaganda é o próprio discurso do sistema enquanto é o sistema do discurso e, como tal, a nova moral, não seria a moral ela mesma o cinismo em que se defende o vício como hábito programado enquanto, ao mesmo tempo, se o combate?” (Tiburi; Dias, 2013, p.35)

4. AS POLÍTICAS DA LINGUAGEM EM BUSCA DE UMA VIDA DIGNA

A partir de Butler (2010) entende-se que as normas de gênero reiteiram uma identidade consensual. Prova disso são os ‘ensinamentos’ das campanhas de prevenção sobre os papéis das mulheres no cuidado e administração do lar, dos filhos e do marido. Condena-se a usuária pela ausência desses compromissos, entregando-se ao desejo, além de ser consumida por ele. Seu sofrimento e castigo trata-se de feiura, doença, degeneração e morte. De tal forma, ainda para a filósofa, o corpo materializa-se a partir das fronteiras normativas que estabelecem as fronteiras entre gestos, condutas, modos de agir e de se expressar. A abjeção a determinados corpos e sua inaceitabilidade, regulamentados por códigos de inteligibilidade, como os discursos de prevenção às drogas.

Rui (2021) alerta que as emoções de superioridade, como o nojo ou o desprezo, possuem um papel crucial na hierarquização dos territórios e das condutas dos corpos. Diante das situações de violência e de abuso, os usuários de droga são encarados como pessoas “questionavelmente vivas, talvez até mesmo socialmente mortas (...) ou como representações vivas da ameaça à vida” (Butler, 2015a, p. 70). Cabe apontar que a violência, muitas vezes, requer a humilhação como subjugação dos corpos considerados errôneos diante da sociedade, posicionando-os de forma inferior aos demais sujeitos. “O corpo que existe em sua exposição e proximidade aos outros, às forças externas, a tudo aquilo que pode subjugar-lo e dominá-lo, é vulnerável aos maus-tratos; os maus-tratos são a exploração dessa vulnerabilidade” (Butler, 2015a, p. 93).

Aventa-se uma banalidade em produzir tais imagens, ao esperar 'de longe' o sofrimento do outro em construções previsíveis. Configura-se a "mídiação do sofrimento, em relação ao espectador ele mesmo: o horror tende a tornar-se banal" (Courtine, 2013, p.151). Os rostos, componentes figurativos expressivos nas imagens apresentadas, são modos de responsabilizar o espectador, "pedindo-me que não o deixe morrer" (Butler, 2019, p.167). Sendo um imperativo ético, eles explicitam as precariedades do outro. A mídiação dos rostos aponta para a autorização da violência, pois ao invés de enunciar a precariedade da vida, personificam o mal e desumanizam o sujeito. Nesse contexto desigual, apartam-se as vidas passíveis de serem vividas e vidas destinadas à violência, pois em Butler (2015a, 2019) a definição de vida depende dos poderes que definem as aparições e as condições que instituem certa vida como precária.

Mas, qual a responsabilidade dos publicitários que produzem essas campanhas? Em estudos exploratórios com publicitários Trad (2004) revela que o processo de planejamento e execução das campanhas de prevenção é falho, pela inexistência de acompanhamento do desenvolvimento da campanha e dos resultados, sendo uma forma de 'alívio de consciência' para gestores e governantes ou um mero recurso para que os próprios publicitários conquistem prêmios em festivais de criatividade. Cabe salientar que mediante aos tensionamentos, a atuação publicitária "distancia-se dessa posição e declara-se inapto à indução de quaisquer hábitos para além da recepção do próprio anúncio" (Worttrich, 2019, p. 148). Ou seja, diante de confrontos éticos, surgem defesas da liberdade de expressão afasta qualquer responsabilidade que não envolva a criação, a produção e a veiculação dos anúncios. Essa constatação pode ser aproximada da atuação do poder foucaultiano, como algo que age perante as instituições sociais, no caso, salienta-se que a publicidade é por si um campo específico, mas que se relaciona com outros poderes. As atuações do poder materializam-se em discursos que conservam os modos adequados de atuar mediante a própria vida.

Sobre a existência das usuárias de drogas, questiona-se sobre quais vidas qualificam-se como matáveis? Isso, segundo o preceito butleriano de que o corpo se expõe à violência em sua formulação, pois está em uma normatividade que antecede suas vontades. Sob a lente da vulnerabilidade, Bu-

tlar (2015a, 2019) assume a reconhecibilidade enquanto preceito ético, ou seja, primeiro o sujeito é identificado como uma vida, para que em sequência seja reconhecido como uma, isso, diante de quadros de normalização que ancoram o que é reconhecível e o que é irreconhecível.

A autora entende a vulnerabilidade e o reconhecimento com base no poder, uma formação sob sujeição dominante. A vulnerabilidade e a precariedade são estruturas de invisibilização, e o reconhecimento é um ato ou prática de no mínimo, dois sujeitos. Os corpos expostos normalizam determinadas condutas violentas, logo, a vulnerabilidade é fabricada em determinados contextos, algo que Butler (2015a, 2019) questiona como condições pelas quais algumas vidas são mais vulneráveis do que outras. Esses corpos têm sua aparição condicionada a uma exemplificação de modos incorretos de se viver ou de ser. Ao mesmo tempo, cada corpo expõe-se à violência em sua formulação, pois circunscreve-se em uma normatividade que antecede suas vontades.

Deve-se consolidar um espaço comum de sobrevivência, diante do fato de que apreender uma vida não significa reconhecê-la, pois na apreensão só há conhecimento, sendo que o reconhecimento exige o encontro entre dois sujeitos com uma identificação que os precede, já que reconhecer é uma potencialidade que implica os sujeitos. Além disso, a formação da identidade de gênero é performativa e fabricada por sinais corporais e discursos. Embora Butler (2010) reconheça a existência de experiências que transbordam as regulamentações sociais de gênero e sexo, sendo o poder determinante da identidade de gênero e do corpo, além das possibilidades de resistência serem brechas que alteram o regime de normalidade.

Ao questionar-se sobre as possibilidades de romper com as normas de gênero, percebe-se o paradoxo de um indivíduo, por exemplo, que se posiciona fora das normas, mas que continua sendo definido por essa norma. Na leitura promovida por Queiroz e Prado (2022), Butler (2010) compreende que o desvio da norma consiste em gestar exemplos aberrantes que são explorados pelos poderes regulatórios, com a finalidade de justificar o próprio zelo dessas formas de poder.

Assim, as instituições responsáveis pelo cuidado de mulheres que usam drogas não permitem autonomias e criatividade nas experiências des-

ses sujeitos. Sobre isso, problematiza-se, sobretudo as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em reivindicarem o cuidado a si próprias, algo que Brugère (2023, p.31) considera como necessário ao atentar-se para os outros e responsabilizar-se diante das necessidades coletivas implica “com que todas as vozes sejam ouvidas, particularmente as que não participam dos processos de decisão, sejam eles quais forem.”

Ao reivindicar para si os modos como seus próprios cuidados devem acontecer, essas mulheres instauram o que Foucault (1997) compreende como o governo de si, ou seja, a resistência aos modos de instituir determinadas formas de agir, de pensar e de ser. Isso é um ato político, decorrente das relações entre os sujeitos, que articulam cuidado e política, considerando-se fundamentais para as estratégias de cuidado ligadas ao uso de drogas. As emoções mobilizadas como forma de comoção também são acionamentos políticos, mas, passa-se a considerar de que modo essas campanhas publicitárias podem “provocar um horror e uma indignação mais generalizados, que apoiem e estimulem o clamor por justiça e pelo fim da violência” (Butler, 2015a, p. 23).

Todavia, Spirandeo, Martino e Marques (2023) compreendem que há possibilidades de emprego das práticas comunicacionais, como o jornalismo e, no caso deste artigo, da publicidade, para potencializar enquadramentos que sensibilizem o público diante do apelo ético à alteridade. Isso, pois tanto em Butler (2015a, 2019) quanto em Goffman (2012), tal apelo é revestido por afetos em quadros de sentido que despertam reações dos interlocutores, os quais podem criar, por sua vez, formas de enfrentar os constrangimentos que pautam o poder, reconhecendo como dignas as vidas das mulheres usuárias de drogas, no caso deste estudo. É possível emergir uma cena de aparecimento dos corpos que não foque apenas nas condições de violência impostas aos sujeitos, “mas também a forma como cada um tem de assumir a responsabilidade de viver em interdependência, contestando os poderes e normas que interferem nos processos emancipatórios dessa elaboração” (Spirandeo; Martino; Marques, 2023, p.40).

Os meios de comunicação podem abordar, de forma respeitosa e digna, os relatos dos próprios sujeitos em situação de precariedade. Isso inclui uma enunciação própria, além da sensibilização do profissional de imprensa.

Relatar a si mesmo envolve uma potencialidade relacional em que "há uma estética da enunciação, que se abre a algo de novo e permite emergir a potência do sujeito e o sujeito em sua potencialidade" (Butler, 2015b, p. 199), O si não é um núcleo imutável, pois trata-se de uma zona intersubjetiva que possibilita a redefinição do que seria uma ação possível, uma dinâmica social e política que volta-se para uma autorrevelação e reivindicação dos esquemas de inteligibilidade que sustentam quem fala, sobre quem se fala e para quem se fala.

O sujeito que, como um pesquisador, fala sobre as drogas pode colaborar para o silenciamento dos fatos e dos próprios usuários. Essa situação, que pode parecer contraditória, é levantada por Tiburi e Dias (2013) como uma possível perda de ação por parte dos usuários de drogas, os quais não tem o direito de falar sobre o assunto, mas, ao mesmo tempo, são julgados por uma série de aparatos morais, legais e científicos, a partir da linguagem. Inclusive, "a precariedade alegada tende sempre a convocar um outro mais qualificado a falar pelos toxicômanos, indicando os cuidados que lhe são necessários" (Tiburi; Dias, 2013, p. 262). Entretanto, ainda para as autoras, mesmo o discurso sobre drogas sendo pré-concebido na sociedade, recheado de elementos do senso comum, ele não deve ser abandonado, "pois ele é o arranjo da linguagem onde nos situamos e que, ao mesmo tempo, precisamos combater criticamente" (Tiburi; Dias, 2013, p.34).

À GUIA DA CONCLUSÃO

Gêneros são papéis sociais, estereótipos, posições e condutas previamente atribuídas aos indivíduos. Essas repartições prejudicam, por exemplo, o acesso à saúde (Romo, 2005). A partir deles, complexificam-se as motivações das mulheres em usar drogas, diante das posições socioeconômicas, idade e etnia. Butler (2010) destituiu a dualidade entre sexo, algo natural, e gênero, uma construção social, que se expressa em performances individuais, e constantemente atualizado. Isso estimulou as associações do feminino como submissão e fragilidade, mesmo que as concepções de masculino e feminino variem culturalmente, socialmente e temporalmente.

A partir de Butler (2010, 2015a, 2019), compreende-se que há uma dimensão dessas representações para além das situações de risco causadas pelas drogas que denunciam as hierarquias de gênero na sociedade. As imagens midiáticas construídas pela publicidade têm como ponto de partida uma perspectiva específica sobre o que é ser mulher, uma base social machista e misógina que categoriza os modelos aceitáveis e inaceitáveis de feminilidade, diante dos ideais de aparência e de comportamento.

Frente a análise das campanhas de publicitárias de prevenção às drogas percebeu-se que tais imagens enfatizam o uso de drogas como fracasso do sujeito em relacionar-se socialmente, que se intensifica no caso de usuárias mulheres. No caso do sofrimento por meio das imagens, notou-se a aparência física, a violência e a imoralidade das mulheres, colocando seus corpos como errôneos e inadequados, a partir de estratégias grotescas que vulgarizam o sofrimento de quem usa ou convive com algum dependente químico. Ressaltou-se ainda os paradoxos inertes ao campo publicitário, que atende aos interesses do sistema capitalista, diante da banalização das percepções e empobrecimento dos debates sobre o tema. Frente a esses aspectos, refletiu-se de que ao implicar enunciações próprias e relatos de si mesmas nos discursos midiáticos, promove-se a dignidade nas representações das mulheres usuárias de drogas.

Recebido em 30/11/2023

Aprovado em 26/03/2024

REFERÊNCIAS

ANDREWS, M.; VAN LEEUWEN, M.; VAN BAAREN, R. *Persuasão na publicidade: 33 técnicas psicológicas de convencer*. São Paulo: Gustavo Gili, 2016.

ALENCAR, L.L.; LERNER, K. Entre Vilã, Cuidadora e Vítima: A Posição-Sujeito das Mulheres nas Campanhas de Prevenção ao Crack. In: *44 Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2021, Recife. Anais (...). Recife: Intercom, 2021. Disponível em: portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt7-sa/luana-luciana-ribeiro-de-alencar.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRUGÈRE, F. *A ética do cuidado*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

COURTINE, J.J. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FLAY, B. R.; SOBEL, J. L. The role of mass media in preventing adolescent substance abuse. *NIDA research monograph*, v. 47, p. 5-35, 1983.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, E. *Os quadros da experiência social*. Petrópolis: Vozes, 2012.

PRADO, M. A. M.; QUEIROZ, I. S. De. A emergência da politização da intimidade na experiência de mulheres usuárias de drogas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 17, n. 2, p. 305–312, maio 2012. Disponível em: scielo.br/j/epsic/a/fKcdZ7VJzwwND98DRtwmbyr/?lang=pt#. Acesso em: 13 nov. 2023.

QUEIROZ, I. S.; PRADO, M. A. M. Gênero, drogas e cuidado: normalização e singularidade nas práticas de saúde. *Athenea digital: revista de pensamento e investigación social*, v. 22, n. 2, p. e2942-e2942, 2022. Disponível em: ddd.uab.cat/record/261021. Acesso em: 27 nov. 2023.

RIGONI FILHO, J. C. *Corpos sensíveis em cenas (in)visíveis: consensos e dissensos em imagens midiáticas de mulheres usuárias de drogas*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens, Universidade Tuiuti do Paraná, Paraná, 2022. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1928>. Acesso em: 1 27 nov. 2023.

ROMO, N. Género y uso de drogas: la invisibilidad de las mujeres. *Mono-grafías Humanitas*, v.5, p.69-83, 2005. Disponível em: hdl.handle.net/10481/22315. Acesso em: 12 out. 2022.

RUI, T. Nojo, humilhação e vergonha no cotidiano de usuários de crack em situação de rua. *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 3, p. 85-107, 2021. Disponível em: journals.openedition.org/aa/8925. Acesso em: 27 nov. 2023.

SODRÉ, M.; PAIVA, R. *O império do grotesco*. São Paulo: Mauad, 2002.

SPIRANDEO, V. N.; MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. Enquadramentos em análises de dinâmicas interacionais: aproximações entre Goffman e Butler. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, v. 12, n. 1, p. 30–43, 2023. Disponível em: revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/525. Acesso em: 27 nov. 2023.

TIBURI, M.; DIAS, A. *Sociedade fissurada: para pensar as drogas e a banalidade do vício*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

TRAD, S. Mídia e drogas: confrontando texto e contexto da publicidade comercial e de prevenção. In: TAVARES, L. A. (et al) (org.). *Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo*. EDUFBA, 2004, p.49-59.

WOTTRICH, L. *Publicidade em xeque: práticas de contestação dos anúncios*. Porto Alegre: Sulina, 2019.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.